



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada  
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas

0698293/2019  
24/10/2019  
Pág. 1 de 8

**Anexo de condicionantes nº 0698293/2019  
aprovado na 30ª reunião da CIF realizada no dia 24/10/2019**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 00050/1982/020/2017	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Renovação da Licença de Operação		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 08 anos

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b> Outorga	<b>PA COPAM:</b> 26576/2017	<b>SITUAÇÃO:</b> A ser autorizada
--	--------------------------------	--------------------------------------

<b>EMPREENDEDOR:</b> Coteminas S.A.	<b>CNPJ:</b> 07.663.140/0001-99	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Coteminas S.A. - Aterro Industrial	<b>CNPJ:</b> 07.663.140/0002-70	
<b>MUNICÍPIO:</b> Montes Claros	<b>ZONA:</b> Rural	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):</b> SIRGAS 2000 <b>LAT/Y</b> 16° 47' 11,4" <b>LONG/X</b> 43° 54' 25,7"		
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b> <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
<b>NOME:</b>		
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio Verde Grande	<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Vieira	
<b>UPGRH:</b> SF10 – São Francisco/Verde Grande	<b>SUB-BACIA:</b> Rio Carrapato	
<b>CÓDIGO:</b> F-05-12-6	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b> Aterro para resíduos não perigosos – classe II, de origem industrial.	<b>CLASSE</b> 6
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Laércio Denevaldo de Almeida – Engenheiro Químico		<b>REGISTRO:</b> CREA-MG 184505/D
<b>Auto de Fiscalização:</b> 82.359/2017, 58.287/2018 e 58.298/2019		<b>DATA:</b> 01/09/17, 12/04/18 e 02/05/2019



## ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação do Aterro Industrial Coteminas.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	<p>Apresentar relatório consolidado com o status/andamento do cumprimento de todas as condicionantes relativas à Licença de Operação aprovada.</p> <p>Observações:</p> <p>1 – O relatório deverá ser protocolado em meio físico e digital (PDF editável).</p> <p>2 – O relatório deverá conter a listagem das condicionantes e dos protocolos (número e data) referentes ao cumprimento das mesmas; o Programa de Automonitoramento Ambiental com todos os laudos técnicos e as análises críticas dos resultados amostrados, assim como a análise sobre a eficiência dos sistemas de mitigação propostos pelo empreendedor, a fim de analisar o desempenho ambiental atingido pelo empreendimento; os protocolos (número e data) dos pedidos de alteração, exclusão e dilação de prazos de condicionantes, dentre outras documentações pertinentes às condicionantes do processo.</p>	Anualmente, até o dia 31 de janeiro do ano subsequente e durante toda a vigência da licença.
03	Inventariar todos os pontos de focos erosivos e os pontos vulneráveis a erosão, bem como realizar todas as medidas necessárias de forma a recuperar as áreas e evitar a ocorrência de focos erosivos no empreendimento. Obs.: Apresentar relatório técnico fotográfico com a comprovação do cumprimento da condicionante.	Até 90 dias*



<b>04</b>	Realizar inspeções semanais nas valas e poços testemunhos e entregar relatórios bimestrais à SUPRAM Norte de Minas.	<b>Durante a vigência da LO *</b>
<b>05</b>	Adequar todos os poços testemunho, substituindo as manilhas existentes por tubos de PVC e desativando-as.	<b>Até 60 (sessenta) dias *</b>
<b>06</b>	Realizar a drenagem dos líquidos lixiviados do fundo das valas já finalizadas por meio de mangote conectado a bomba de sucção de caminhão do tipo limpa fossa e conduzir o material para a ETE da unidade industrial da COTEMINAS	<b>A cada 12 (doze) meses, durante a vigência da LO *</b>
<b>07</b>	Para as valas finalizadas que reiteradamente demonstrarem presença de efluente nos poços testemunho, conforme monitoramento, deverão ser apresentados as seguintes soluções: Apresentar, em até 60 (sessenta) dias, projeto específico para solução do problema; Apresentar, em até 60 (sessenta) dias, cronograma de execução das obras para a readequação da vala em conformidade com o projeto a ser analisado e aprovado nos termos do item anterior; Apresentar, em até 60 (sessenta) dias, qual a destinação ambientalmente adequada a ser dada aos resíduos retirados da vala finalizada, no período em que estiver ocorrendo a readequação das valas ao projeto atual aprovado, podendo inclusive ser destinado a alguma das valas novas do aterro; Apresentar, em até 60 (sessenta) dias, o tipo de tratamento a ser realizado no efluente/percolato recolhido da vala; Executar a readequação da vala segundo o projeto aprovado conforme itens anteriores, obedecendo ao cronograma apresentado, destinando e/ou tratando de forma ambientalmente correta todos os resíduos, efluentes e emissões decorrentes da	<b>Durante a vigência da LO</b>



	readequação da vala.	
08	Implantar as valas novas segundo o projeto aprovado pela FEAM, obedecendo ao cronograma apresentado.	Durante a vigência da LO
09	Caso seja confirmada a contaminação da área pela FEAM, deve se proceder a remediação/reabilitação da área conforme orientações da FEAM.	Durante a vigência da LO
10	Quando for identificada a presença de gases nas valas, promover a retirada destes por meio de queimadores móveis;	Durante a vigência da LO
11	Deverá o empreendedor manter a área de proteção sanitária com vegetação nativa no perímetro do empreendimento.	Durante a vigência da LO
12	Apresentar o Plano de encerramento do aterro, segundo as normas técnicas pertinentes.	360 dias*

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs.: Salientamos que o cumprimento das condicionantes relacionadas no Anexo I deverá ocorrer mediante o protocolo da execução das mesmas junto a SUPRAM-NM.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM Norte de Minas, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença de Operação do Aterro industrial Coteminas.

#### 1. Efluentes Líquidos

##### a) Efluente sanitário

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes sanitários.	pH, DBO, DQO, óleos e graxas, detergentes, materiais sedimentáveis, sólidos em suspensão totais.	<u>Quadrimestral</u>  Meses de coleta: janeiro, maio e setembro.

##### b) Percolado das valas

Deverá ser realizado o monitoramento do percolado retirado das valas de disposição de resíduos segundo a tabela abaixo, em frequência mensal.

Nº da vala	Mês de referência	Volume de percolado (m <sup>3</sup> )	Tipo de tratamento/destinação

**Relatórios:** Enviar anualmente a SUPRAMNM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além do número de empregados no período.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

#### 2. Resíduos Sólidos



Enviar **anualmente** à SUPRAM Norte de Minas, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Deverão ser contemplados neste relatório a destinação dada aos resíduos retirados das valas finalizadas a serem reestruturadas.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1 - Reutilização 2 - Reciclagem 3 - Aterro sanitário 4 - Aterro industrial 5 - Incineração 6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos, quando couberem, deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

### 3. Águas Subterrâneas.

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
---------------------	------------	------------



Poços de monitoramento M1, M2, J1, J2 e J3.	DBO, DQO, nitrato (como N), pH, nível d'água, condutividade elétrica, cádmio, chumbo, cobre, zinco, <i>E.coli</i> , cromo e fenol.	Anual Mês de coleta: dezembro
---	--	----------------------------------

**Relatórios:** Enviar, anualmente, à SUPRAM Norte de Minas, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.*

**Método de amostragem:** Normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency* – EPA.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada  
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas

0698293/2019  
24/10/2019  
Pág. 8 de 8